

# Criação & Crítica

## ANTONIO CANDIDO EM DEBATE: UMA CONSTELAÇÃO DE ESTUDOS CRÍTICOS

Marcelo Moreschi<sup>1</sup>

Anita Martins Rodrigues de Moraes<sup>2</sup>

Lucia Ricotta Vilela Pinto<sup>3</sup>

**Resumo:** O que segue foi escrito como introdução para uma antologia de artigos e ensaios sobre a obra de Antonio Candido, cuja publicação foi impedida porque a Editora da Unicamp se recusou, em 2021, a autorizar a publicação de três textos que integrariam o volume. Mesmo com essa recusa, decidimos publicar agora o texto que serviria de introdução ao volume pretendido, uma vez que revisita, sublinha e resume um conjunto de intervenções críticas de diferentes autores que poderiam servir como contraponto e antídoto às várias compilações já conhecidas de artigos de teor laudatório/encomiástico a propósito da obra candidiana. Essas intervenções de fato encaram problemas da teoria, da crítica e da historiografia literárias de Antonio Candido, dando corpo a um pensamento divergente e heterogêneo. A ideia foi a de tentar reunir textos já publicados, cuja circulação foi pequena ou dispersa, de modo a constituir um volume de ensaios que demonstre a existência e a força de proposições dissidentes face às totalizações candidianas e às suas paráfrases tão acríticas quanto habituais. O presente artigo sumariza, assim, os 12 textos selecionados, indicando como o conjunto deles desvela os princípios de uma subjetivação (normativa) do letrado no Brasil.

**Palavras-chave:** Antonio Candido; Literatura Brasileira; Teoria Literária; Crítica Literária; História Literária.

## ANTONIO CANDIDO IN DEBATE: A CONSTELLATION OF CRITICAL STUDIES

---

<sup>1</sup> Professor adjunto do departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo. E-mail: m.moreschi@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Literatura Infante-Juvenil (LIJ) e o corpo docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos da Literatura da Universidade Federal Fluminense. E-mail: anitamoraes@id.uff.br.

<sup>3</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Escola de Letras do Centro de Letras e Artes. E-mail: luciavilelapinto@gmail.com.

# Criação & Crítica

**Abstract:** The following text was written as an introduction to an anthology of texts and essays on the work of Antonio Candido. However, the publication of this anthology was prevented because the Unicamp Publishing House refused to grant the publishing rights to three of these texts. Despite the impossibility of the publication project, it was decided to release this introduction now. The introduction revisits, emphasizes, and summarizes a series of critical interventions by different authors. These interventions, when brought together, can serve as a counterpoint and antidote to the numerous compilations of articles and papers that have praised Candido's work without critical examination. These interventions do address issues in Antonio Candido's literary theory, criticism, and historiography, giving shape to a divergent and heterogeneous body of thought. The idea was to gather already published texts, which had limited circulation or were scattered, in order to create a volume of essays that demonstrate the existence and strength of dissenting perspectives in contrast to the commonly uncritical totalizations and paraphrases on Candido's work. This paper summarizes the 12 selected texts, highlighting how they collectively outline the principles of a (normative) subjectivation of literate individuals in Brazil, as conceived in Antonio Candido's thought.

**Keywords:** Antonio Candido; Brazilian Literature; Literary Theory; Literary Criticism; Literary History

Um exame e uma intervenção crítica sobre o legado de Antonio Candido e sobre as consequências teóricas e práticas da hegemonia de suas formulações na crítica e na historiografia literária brasileiras estão ainda para ser realizados de forma sistemática. Nossa ideia é apresentar um debate em torno do trabalho de Antonio Candido que nos leve a considerar aspectos controversos e incômodos de seu trabalho. A (im)pertinência de intervir e de efetuar um exame efetivamente crítico de seu legado ficou explicitada diante dos eventos e das publicações organizadas por ocasião do falecimento do crítico em 2017 e do centenário de seu nascimento em 2018. Grande parte dos eventos e das publicações reinscreve de forma doxológica, apologética ou parafrástica o caráter hegemônico do pensamento candidiano e seu estatuto de sinédoque da área de Letras no Brasil.<sup>4</sup> Certamente, o mesmo se dará agora, em 2023, por ocasião da republicação de suas obras pela editora Todavia. Com efeito, o elogio a Candido funciona, muitas vezes, como autoelogio, de maneira que a excepcionalidade do crítico, a ser emulada mas nunca superada, configura um

---

<sup>4</sup> Conferir resenha de Anita Moraes sobre *Antonio Candido 100 anos* (2018), coletânea organizada por Maria Augusta Fonseca e Roberto Schwarz (MORAES, 2020).

# Criação & Crítica

modelo de virtude capaz de orientar e refletir mimeticamente a área, sobretudo em suas boas intenções.

Assim, reduzem-se as apreciações de sua obra à paráfrase ou à apologia paroquialmente reverencial, de modo que a autoridade do nome Antonio Candido torna-se um motivo de acirramento entre supostos detratores e apologistas. De fato, o encômio parece pouco condizente com a envergadura intelectual da obra candidiana, que, pela importância e extensão, certamente merecia um destino à altura. O engajamento analítico com suas formulações, sobretudo com as mais problemáticas; a inquirição a respeito de seu lugar canônico nas letras brasileiras, dentro e fora da universidade; a crítica dos pressupostos etapistas, desenvolvimentistas, integracionistas, ocidentalizantes e etnologicêntricos; o estudo dos significados de suas intervenções e a atenção ao contexto de elaboração da sua teoria da literatura brasileira: tudo isso tendeu a ficar esparso ou de fora das discussões recentes, que também ignoraram ou mesmo excluíram as leituras críticas já existentes e de longa duração sobre Antonio Candido.

Ao contrário, porém, do que se afigura à primeira vista e do que o programa encomiástico deixa entender, há sim abordagens críticas da obra de Candido. Elas têm sido desenvolvidas desde as últimas décadas do século passado e continuam a surgir até o presente momento. Reunir essas abordagens como intervenção crítica é o que propomos. O objetivo deste texto – que teria sido a introdução de uma antologia de estudos críticos a respeito da obra de Antonio Candido e que ganhou um caráter ainda mais desafiador depois que a publicação da antologia encontrou empecilhos<sup>5</sup> – é apresentar um conjunto de

---

<sup>5</sup> Em meados de 2021, apresentamos à Editora da Unicamp nosso projeto de organização e publicação de uma antologia de textos críticos a respeito da obra de Antonio Candido, intitulada, até aquele momento, “Antonio Candido em debate: antologia de estudos críticos”. Tendo em vista que no conjunto dos textos reunidos, havia três ensaios publicados anteriormente em livros da Editora da Unicamp – “Além da literatura”, de Marcos Natali, publicado recentemente em *A literatura em questão*; “Discurso da história na teoria literária brasileira”, de Marcos Siscar, publicado em *Poesia e crise*; e “O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido”, de Abel Barros Baptista, publicado em *O livro agreste* –, nosso objetivo foi consultar a Editora da Unicamp sobre o que deveríamos fazer em termos de direitos autorais e editoriais para republicar esses três textos na antologia em questão. A iniciativa de publicar os três ensaios partiu da constatação de que eles já eram reconhecidos e já circulavam como intervenções importantes no debate sobre a obra de Antonio Candido. O artigo de Marcos Natali, “Além da Literatura”, está disponível digitalmente desde o ano de 2006 no link: <https://www.revistas.usp.br/ls/article/view/19710> pela revista *Literatura e Sociedade* da USP. O texto de Abel Barros Baptista serviu como introdução à antologia de textos de Antonio Candido

# Criação & Crítica

doze ensaios que abordam a obra em questão de forma não caudatária: "O discurso da história na teoria literária brasileira" (2010), de Marcos Siscar; "A concepção de história literária na *Formação*" (1991), de Luiz Costa Lima; "O método crítico de Antonio Candido" (2020), de João Camillo Penna; "O canône como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido" (2005), de Abel Barros Baptista; "Lugar do cânone e da crítica nos estudos literários hoje" (2016), de João Adolfo Hansen; "Além da literatura" (2006; 2020), de Marcos Natali; "Anatomia da formação: a literatura brasileira à luz do pós-colonialismo" (2014), de Silviano Santiago; "Pressupostos, salvo engano, de uma divergência silenciosa: Antonio Candido, Roberto Schwarz e a modernidade brasileira" (2014), de Alfredo Cesar Melo; "*Clima e Noigrandes*: crítica literária brasileira entre dois fogos" (1998), de Leda Tenório; "Conflito e integração: a pedagogia e a pedagogia do poema em Antonio Candido" (2002), de Ítalo Moriconi; "A *Formação* vista desde o sertão", de Luís Augusto Fischer (2011); "O Nacional-Popular em Antonio Candido e Jorge Luis Borges" (2001), de Alberto Moreiras.

Esta reunião e esta justaposição de abordagens distintas põem em diálogo um *corpus* crítico há longo tempo disponível mas nunca agrupado numa série capaz de oxigenar o debate a respeito do legado candidiano, evitando o roteiro já estabelecido do encômio e o costumeiro louvor que sempre, de saída, se impõe quando é mencionado o nome de Antonio Candido.

O que seria afinal pensar Antonio Candido para além da chave parafrástica e apologética? E como seria questionar a hegemonia e a institucionalidade com as quais costumam se identificar o seu trabalho? Quais questões considerar fundamentais para um engajamento efetivamente crítico com sua obra? Quais limitações, pontos cegos, aporias? E quais as consequências da hegemonia candidiana para as letras no Brasil?

Desde 2019, nos dedicamos a debater Antonio Candido conjunta e sistematicamente. No âmbito do simpósio da Abralic, intitulado *Estranhando a*

---

publicada em Portugal, em 2004, *O direito à literatura e outros ensaios*. O texto de Marcos Siscar, coletado em *Literatura e crise*, já tinha sido publicado em dois momentos, primeiro em francês, no livro *Mallarmé Valéry*, de 1999; e, em português, na revista *Inimigo Rumor*, 1999). Portanto, a publicação dos três ensaios em nossa proposta visava valorizar ainda mais o alcance teórico e acadêmico-científico de suas perspectivas, uma vez que estariam inseridos na condição de estudos divergentes e não-hegemônicos numa antologia que resolveu fazer a inédita reunião de estudos críticos a respeito de Antonio Candido. Entendemos que a autorização de uso dos textos e da publicação certamente potencializaria, não só o debate em questão, mas o papel institucional da Editora da Unicamp em fomentar e divulgar a pesquisa. No entanto, nossa consulta recebeu resposta negativa por parte de sua diretora, a professora Edwiges Morato.

# Criação & Crítica

*teoria empenhada de Antonio Candido*, e no dossiê de mesmo nome publicado em 2020 na revista *Criação & crítica*<sup>6</sup>, nossa aposta foi estranhar a obra de Antonio Candido e seu modo de repor na cultura tanto uma tradição crítico-espiritualista da nacionalidade e das totalizações teleológicas, etapistas e evolucionistas, quanto uma acomodação rija da ficcionalidade, da invenção e da teoria. Esperando confrontar o quadro de valores da obra candidiana a outros processos intelectuais provindos de escritores, ensaístas, críticos literários de diferentes extratos, o simpósio e o dossiê visaram contrapor-se a constelações afeitas à institucionalização de seu trabalho. Tratou-se de insistir no jogo polêmico, no confronto de perspectivas e no debate efetivo e aberto à diferença, delineando os contornos e os limites de operações teóricas em vigência nas recontextualizações da literatura e suas relações com domínios discursivos outros, em busca de legibilidades denegadas por uma autognose do nacional. Nosso objetivo foi realizar um tipo de homenagem a Antonio Candido em que estivesse implicado o embate com seus textos, ações e ideias. Ao evitar a performance parafrástica de sua teoria e doxologia, resistindo, assim, a subsumir as linhas de força da crítica ao privilégio comumente concedido a uma suposta função edificante-estetizante da literatura, pretendeu-se um feixe de pensamento divergente e heterogêneo. Nesse mesmo sentido, este debate ocorre em contexto de flagrante necessidade de retomar e reconstituir formulações cruciais de outros percursos críticos, que agora começamos a apresentar.

“O discurso da história na teoria literária brasileira” (2010), de Marcos Siscar, é um ensaio sobre como o sentido do real e da história constituem as balizas fundamentais da discussão teórica que domina o país. Conseguimos compreender de que maneira se estabelece a institucionalidade da crítica nacional – a teoria das teorias – pelo viés do compromisso político (estético e humanístico) que seu discurso assume mediante adesão a um ponto de vista sobre o Brasil. Siscar toca na *prestigiada instituição teórica nacional* de Antonio Candido, Roberto Schwarz, e de outros críticos, e em seu enunciado sobre a inautenticidade das ideias aqui. E revela-nos de que modo a nacionalidade (o instinto da nacionalidade, por assim dizer) consistirá num padrão autenticador

---

<sup>6</sup> Dossiê organizado também com Marcos Natali:  
<https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/issue/view/115>

# Criação & Crítica

que fideliza ideias e teorias à situação local; a aposta da teoria em questões *a priori* situadas associa o que deveria ser livre em um pensamento à condição de *ter seu lugar* no país.

A afirmação de Siscar é a de que ainda não se deu a devida atenção ao “estatuto discursivo” da teoria literária, que muito soberbamente tem transformado o *regime discursivo da interpretação* em um *regime discursivo do fato*, como se não houvesse em suas hipóteses constructos ideológicos traduzidos para servir ao contexto local. O desdobramento de um padrão interpretativo sobre a literatura, que vira muito rapidamente um ponto de vista sobre o Brasil, sobre os “fatos” de nossa cultura e país (“mestiçagem”, “malandragem”, “ideias fora do lugar”), acaba dando lugar a prescrições de como determinada experiência cultural deve ser lida. Assim, *faz história* no Brasil uma postura teórica que subsume o pensamento à visão de uma situação que de fato é real (!) e que subsume a crítica à afetação de disposições moralizantes e patrulhadoras de qualquer interlocução intelectual.

Para além da discussão proposta por Siscar, podemos traçar uma genealogia da conciliação da teoria com uma suposta realidade, tendo em vista que essa conciliação com a realidade brasileira repõe as preocupações de descrição local pelos românticos. Pode-se remontar, ainda, não apenas ao romantismo, mas também à historiografia literária de Sílvio Romero. Sílvio Romero, figura matricial para Antonio Candido, que insistia serem os “fatos” da “desaparição progressiva (...) das duas raças inferiores” e da “sua integração em um produto novo pela mestiçagem” dominantes de toda a história de nossas letras. Em nome da objetividade científica exigida pelo discurso das ciências da natureza, do qual Romero partilha, os problemas históricos que ele enxerga na nacionalidade são, em seu projeto crítico-histórico, fabricados como fins da história, *fatos firmados definitivamente*, i. e., descritos sob o estatuto de coisa dada, *natural* à ideia de uma história universal desde o Brasil.

É certo que o fatalismo dos fatos biológicos em nossa nacionalidade, conforme Romero, tenha sido efeito de uma experiência da modernidade histórica de conhecer o Brasil sob a égide de uma lei natural que fundamentou ação moral em todo evento físico. Em Antonio Candido, a herança de Sílvio Romero nos põe em alerta para a “situação interventiva” que uma “descrição calmamente neutra do real” provoca no interior de uma crítica empenhada

# Criação & Crítica

politicamente em oferecer uma totalidade histórica à vida intelectual do país<sup>7</sup>. Pois, da instauração de uma lógica institucionalizante para o pensamento, avizinha-se, conforme diz Siscar, o anti-intelectualismo e o silenciamento dos dissidentes.

Ler criticamente a *Formação da Literatura Brasileira*, em “Concepção de história literária na *Formação*” (1991), de Luiz Costa Lima, significou descortinar o teatro na cena de enunciação deste ensaio. Pondo em jogo uma série de ações de disfarces, silenciamentos e distanciamentos programados, Antonio Candido arma suas premissas teóricas e a perspectiva interpretativa de seu ajuizamento sobre a centralidade do literário no Brasil. Reserva a “Introdução” para a abordagem dos juízos e atitudes críticas as quais partilha e das quais quer se afastar, transformando-a num capítulo à parte. Espécie de moldura da obra que servirá de *pré-texto* explicador dos valores a orientar o historiador e o crítico, a “Introdução”, contudo, está na *Formação* separada do empreendimento analítico. Em uma nota à “Introdução”, Candido adverte o leitor para o caráter dispensável desta parte: “a leitura desta ‘Introdução’ é dispensável a quem não se interesse por questões de orientação crítica, podendo o livro ser abordado diretamente pelo Capítulo I”.

As questões desse tipo de orientação se referem às correntes críticas que, refletindo sobre a literatura a partir de pressupostos teóricos e metodológicos, conseguem afastar a atividade da crítica – notadamente dirigida, como Costa Lima reitera, através de uma “cadeia formada por pressupostos teóricos, operacionalização metodológica e pragmática crítica” –, de qualquer conotação de cordialidade do crítico. Pois, a codificação deste afeto, com forte acento da sociabilidade patriarcalista, em qualquer crítica limita o uso público das ficções literárias. Afirma Costa Lima: “Empregando a metáfora de Sérgio Buarque, pode-se dizer que Candido mantinha uma concepção cordial da crítica, que afastava

---

<sup>7</sup> O comentário de Antonio Candido sobre Carlos Marighella presente no Documentário Marighella, de Isa Grinspum Ferraz, de 2011, sinaliza o desenvolvimento obrigatório que um raciocínio da biologia emprega. Ele diz: “Simbolicamente, ele (Marighella) tinha na constituição biológica dele o povo dele, ele encarnava esse povo biologicamente. E, ao encarnar esse povo biologicamente, por uma grande sorte ele encarnou também moralmente e psicologicamente, ele sentiu a necessidade desse povo. Ele era um homem pobre, era um homem do povo, realmente, ele não abandonou a sua classe. Como membro da sua classe, é que ele imaginou pro seu país uma situação em que a miséria acabasse, em que a justiça social se instalasse.”

# Criação & Crítica

a obra literária do espaço propriamente público” (p. 154). A identificação do teórico e metodológico “com o que é externo à obra” (a própria personalidade crítica), segundo Costa Lima, provoca, não só a separação expressa entre o debate teórico e o propriamente analítico, mas a concepção a-histórica da forma; “a obra literária é plena em si mesma; teorias e métodos, uma espécie de mal necessário”. A isto Costa Lima chama “estabilidade estética [de matriz europeia] conferida por Candido à ‘estrutura’ da obra” (p. 155) pronta a acomodar a “inquestionabilidade da escala de valores que orientou a atividade crítica” (p. 155).

O exame se adensa quando Costa Lima denomina “armadilha” o lastro que a neutralidade da descrição tem para a própria ideia de sistema literário: “Agora o leitor não mais cairá na armadilha que lhe oferece a prática historiográfica, que elege a descrição como seu recurso por excelência porque ela parece assegurar a neutralidade de quem fala e a objetividade do que diz” (p. 159). Embora o descritivo constitua a armadilha capaz de esconder “o autor da cena de enunciação”, o que Costa Lima nos revela é como ele será o próprio recurso historiográfico de atualização da matriz romântica sobre a coesão nacional das obras por Candido, podendo assim afirmá-lo, que “o realce do registro descritivo na *Formação* (...) é ele o responsável para que permanecesse velada a intensa solidariedade de seus valores com o cânone romântico” (p. 162). Velada, esta intensa solidariedade supunha o endosso “implícito” por Candido de uma concepção de sistema literário subordinada à função do nacional como unidade coerente e homogeneizante do arcadismo ao romantismo. Costa Lima nesse sentido explicita como a noção de sistema candidiano coincide com o conceito de coerência pelo funcionalismo antropológico inglês. Segundo pensa, foi a antropologia social britânica de Evans-Pritchard e Radcliffe-Brown que “ofereceu as condições para que, na *Formação*, vigorasse a convergência entre o primado da nação e uma certa análise do social” (p. 160). A função da nacionalidade e do sistema social atuando juntas, de modo orgânico, para dar à literatura sua coesão interna em ser perfeitamente brasileira. Deste modo, foi então “possível a Candido manter o vínculo com os românticos sem se tornar um mero epígono” (p. 160).

O ensaio “O método crítico de Antonio Candido”, de João Camillo Penna, é uma extensa e rigorosa especulação sobre o problema da diferenciação do



# Criação & Crítica

estético e suas formas de superação no método candidiano de articular a exterioridade social ao texto. Em *Candido*, os fins estéticos configuram, com seu princípio de generalização, uma transfiguração estruturalmente ideológica dos “sujeitos políticos” reais, fazendo com que estes drasticamente desapareçam no horizonte da formalização artística.

O ponto de Camillo Penna consiste em afirmar que *Candido* realiza no Brasil o processo da *Aufklärung* no domínio do conhecimento literário, delimitando um objeto próprio para a crítica e lançando as bases de sua autonomia, autoconsciência e reflexividade no “duplo movimento” de diferenciação interna e externa e, paralelamente, de incorporação da realidade social. Ao realizar o escrutínio de categorias e postulados do percurso metodológico candidiano, sublinha impasses ético-políticos em seu empenho de produzir literariamente o Brasil e o caráter de sua literatura como representação. Nesse sentido, questiona o que foi deixado do lado de fora da representação, ou “a condição de possibilidade de um fora” não incorporado a essa nacionalização, que sempre se pretendeu integracionista. Problemático também, ao ver de Camillo Penna, se torna o pensamento naturalizado sobre a subjetivação (sujeitada) de uma comunidade periférica no seio da integração orgânica com o Ocidente, pois não só deixa de denotar o “intrínseco colonialismo” na “Outrificação” (*Othering*) e “ventriloquia do subalterno” como silencia o aniquilamento ostensivo de populações indígenas e escravizados africanos no processo de transplantação da cultura europeia nas Américas.

O ensaio explora ainda os impasses da *forma* virando *formação*, no cruzamento de uma tradição dos ensaios de formação no Brasil com a própria formação da literatura, num sistemático processo de exclusão de obras e gentes. A autonomização cultural do Brasil, distinguida no modelo autobiográfico do “romance de formação” – primordialmente configurado entre nós em *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco, e estendendo-se por *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior –, forma o Brasil como o efetivo sujeito nacional e, neste caso, como o próprio sujeito da literatura brasileira ou, em sua formulação, acaba formando “a literatura brasileira como sujeito”. Camillo Penna considera que, em um sistema que prescreve a *existência* literária apenas para as “formas civilizatórias em sua pureza”, “o que é externo (Gregório ou todas as formas que não correspondam ao modelo da alta cultura) necessita

# Criação & Crítica

ser incorporado à rede de um sistema a fim de adquirir realidade, não a realidade objetiva, mas a realidade interna ao sistema”.

Há, ainda, um volume de apreciações importantes sobre o esquema candidiano, sobre o caso de superação de Machado de Assis na literatura brasileira e sobre o ensaio “Dialética da Malandragem”. Ao fim e ao cabo, se demonstra como a contrapartida do sistema literário a uma literatura desde sempre “pobre e fraca” inscreve, no pensamento crítico e na experiência formativa no Brasil, a objetificação política e epistemológica da vida dos outros marginalizados, sujeitos em sua própria história e realidade. As últimas linhas do ensaio sugerem uma perspectiva atual sobre o autor, a partir do duplo (ou do avesso) em seu método:

(...) a estrutura dupla de um mundo sem exterior, em que se está sempre dentro de algo, invariavelmente conectado com algo de um sistema de relações diferenciais, onde o exterior está continuamente voltado para dentro. Essa afirmação, se radicalizada, torna-se reversível: um mundo sem exterior significa que tudo está fora e que o mundo não tem interior. A reversibilidade das duas séries pode ser uma boa proposição a partir da qual começamos a repensar Candido desde uma perspectiva contemporânea.

Por meio de densos giros ensaísticos e analíticos, Abel Barros Baptista, em “O cânone como formação”, contextualiza e redescreve o que chama de “a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido”, ressaltando – e essa é uma de suas teses principais – como tal teoria (assim, aliás, já desnaturalizada enquanto tal), no afã de estabelecer de forma impositiva e incontornável um cânone nacional, torna indistintas literatura brasileira e institucionalização da literatura no Brasil. Daí que a “formação”, segundo essa redescricao, seria o próprio cânone nacional, e um cânone como se não fosse um cânone (isto é, imposição e sujeição institucional), pois oferecido, entretanto, como decorrência normal e natural de um processo histórico de construção nacional e de expansão da razão universal.

Ao apresentar o pensamento de Antonio Candido ao leitor português (o ensaio originalmente era o posfácio de uma antologia portuguesa de artigos de

# Criação & Crítica

Candido organizada pelo autor e gerou certa polêmica no Brasil por causa de sua abordagem não doxológica), Baptista estranha proposições candidianas diversas, explorando sentidos e consequências pouco percebidos de várias formulações importantes, sentidos e consequências usualmente não considerados por causa do prestígio institucional e do uso caudatário ou desavisado da teoria. São várias as operações que presidem esse estranhamento. Para dar conta das principais, seria preciso mencionar como Baptista, por exemplo, explora a significação do alegado fosso existente entre literatura brasileira e portuguesa, demonstrando como a formação da literatura brasileira nos termos candidianos necessita da exclusão do outro e do cancelamento da possibilidade de um cânone da língua (em vez de um cânone nacional); recontextualiza a teoria candidiana indicando a particularidade histórica de suas formulações (em sintonia com o momento da institucionalização do modernismo, da fundação do grupo de *Clima* e das atividades de formação de público relacionadas à fundação da USP e à prática de crítica nos jornais), o que inclui também explicitar suas matrizes iluministas, românticas e modernistas; escancara os impasses e as obliterações dessas matrizes nas formulações candidianas, que tendem a lhes negar a modernidade e as demandas por libertação de tradições pré-definidas, amenizando nelas tudo o que seria possibilidade de ruptura na continuidade de uma tradição nacional; aborda casos limítrofes (João Cabral e o Drummond de *Claro enigma*) para demonstrar como podem ser problemáticas as compatibilizações entre exigências da criação poética, pressuposição do Brasil como fundamento da literatura brasileira e sujeição da atividade literária a um cânone nacional; propõe a dialética local/universal como baseada numa distinção substância/forma e trata da consequência dessa distinção para a proposição da autonomia da literatura brasileira e sua condição de *menor*; revisita o preâmbulo da *Formação* também para explicar como a questão da origem/começo da literatura brasileira é resolvida pela combinação de uma concepção teleológica da história (que projeta retrospectivamente no passado o esboço da literatura já formada no presente) com a distinção metodológica “manifestação literária”/“literatura propriamente dita” (que amplia o escopo da teoria e naturaliza a exclusão enquanto consequência da maturidade da literatura brasileira); destrincha a topologia do “galho” e do “arbusto”, ampliando-a para pensar os sentidos do enxerto; e, ainda, por fim, dimensiona em que medida o privilégio da nacionalidade na noção candidiana de literatura pressupõe uma relação (na

# Criação & Crítica

verdade impossível mas em Candido sempre essencial e não problemática) da literatura com a construção da nação, sendo, por isso, sintomático de uma nostalgia de um cânone nacional autossuficiente e homogêneo capaz de instruir cidadãos na “consciência nacional”.

Em suma, para Baptista, tudo o que pode ser disjuntivo na literatura é neutralizado num projeto de edificação literária do nacional (ou de edificação nacional da literatura) – um projeto, por sinal e por isso mesmo, oximoresco muitas vezes, mas sempre bem-sucedido em sua performance institucional justamente porque serve de lastro à instituição.

A teoria (do cânone nacional) naturalizada na efetiva implementação e manutenção do cânone, a neutralização do disjuntivo e a resolução institucional-performativa da teoria candidiana são abordadas diretamente por João Adolfo Hansen em “Lugar do cânone e da crítica nos estudos literários da universidade hoje”. Hansen retoma o ensaio de Abel Barros Baptista (além de *Três emendas: ensaios machadianos de propósito cosmopolita*, também do crítico português) para tratar da relação entre o desenho teórico da *Formação* e o currículo de Literatura Brasileira da graduação em Letras da USP, em um texto em que se podem ouvir ecos de uma autoetnografia de 30 anos como docente naquela instituição e, portanto, de embate contínuo da teoria dissolvida em doxa, em alicerce institucional e, segundo ele, em aparelho ideológico.

Para tratar da *Formação* e para “criticar o anacronismo da manutenção do cânone literário nacionalista como objeto naturalizado do ensino universitário” (p. 20), Hansen historiciza os modos de controle da ficção como prática simbólica envolvidos nas noções de cânone, *Bildung*, literatura nacional, bem como a concepção de tempo histórico da teleologia nacionalista. E com isso estranha premissas e pressupostos sedimentados, indicando sua construção histórica (bem como seus resíduos metafísicos e ranços ideológicos). Como resultado, demonstra que o currículo da USP (e, por extensão e em alguma medida – poderíamos acrescentar –, o ensino universitário de literatura brasileira no Brasil) corporifica um “ideal da educação do indivíduo burguês como cidadão por meio dos valores constitutivos das tradições nacionais expressas ficcionalmente numa forma artística representativa, quase sempre crítica de contradições sociais, que se inclui diacronicamente no cânone literário como exemplaridade de uma das etapas da realização do projeto romântico-modernista, desde 1822, a

# Criação & Crítica

Independência do país, até 1922, a Semana de Arte Moderna, e de 1922 até o momento em que são dados os cursos” (p. 11), isto é, a performativização, em ação curricular e formativa, da teoria candidiana do cânone nacional, sem que, no entanto, ela mesma seja apresentada como construção histórica. Como demonstra Hansen, isso ainda é reafirmado no currículo da USP pelo modo particular de organização das séries históricas (que também controlam a significação de Machado de Assis e de outros autores que poderiam ser disjuntivos) e pela exclusão das “manifestações literárias”, isto é, das letras coloniais luso-brasileiras, que sequer são ensinadas e que ficam condenadas ao desaparecimento institucional.

Para além dos “provincialismos paulistas” de que alega tratar, Hansen chama a atenção para um aspecto importante da teoria candidiana e da sua recepção, bem como de sua sobrevivência e manutenção institucionais (aspecto, no entanto, pouco abordado diretamente, ainda que vivido com frequência na área de Estudos Literários no Brasil): a performatividade particular dessa teoria. Em que medida uma teoria que naturaliza suas operações de articulação de um cânone nacional depende, demanda ou mesmo requer performatividade e institucionalidade para sua validação? Em outras palavras, em que medida a teoria produz de fato o “sistema literário” que se propõe a explicar, um circuito autor-obra-público com coesão ideológica, sempre desatento às operações de reificação daquilo que os une, a “nossa literatura” (e a primeira pessoa do plural, ressalta Hansen, é ideológica), do galho até aqui? Se Abel Barros Baptista procura demonstrar como na teoria candidiana são indistintas literatura e institucionalização da literatura, Hansen aponta para a indistinção entre a teoria da institucionalização e a institucionalização da teoria. A teoria de Candido realiza-se, daí talvez seu sucesso.

Como alternativa ao paradigma do cânone nacional e da teleologia nacionalista, Hansen propõe um lugar heterogêneo de estranheza (e da hospitalidade) gerado pela insistência do ficcional da ficção literária. No entanto, esse lugar, em Hansen, está relacionado à utopia da *Weltliteratur* goethiana, que é discutida em pormenores no próximo texto desta seleção, o de Marcos Natali.

# Criação & Crítica

Marcos Natali, em “Além da literatura”,<sup>8</sup> propõe que a ideia de “literatura universal” funciona como uma espécie de categoria-moeda que, contornando sua própria particularidade histórica, incorpora textos de contextos culturais diversos desconsiderando (ou apagando) suas práticas discursivas e grades classificatórias específicas. Contrapondo a *Weltliteratur* de Goethe à de Marx, Natali sugere que o gesto de universalização do literário tende a ser percebido como simples reconhecimento do que já existiria de antemão (conforme Goethe, todos os homens fazem poesia porque são, afinal, humanos); contudo, voltando-se a Marx, o autor considera tal universalização o resultado de um processo histórico particular: a expansão do capitalismo no contexto econômico, social e cultural da modernidade, de modo que o “universal” não passaria de um “eufemismo para ‘moderno’” (p. 33). A universalização do literário é entendida, então, como o resultado de um violento processo de abstração, de produção de equivalências, tão mais agressivo quanto menos visível. A violência apontada é tradutora, responde por um imperialismo epistemológico cujo horizonte é o desaparecimento (supostamente inevitável, ou seja, naturalizado) de culturas consideradas “primitivas”, “arcaicas”, “não modernas”.

Será por meio da análise detida de “O direito à literatura”, de Antonio Candido, que Marcos Natali trará à tona as tácitas hierarquizações culturais frequentes em discursos universalizantes do literário, de maneira que a leitura cerrada da argumentação de Candido faz-se produtiva estratégia para a explicitação e o questionamento de certos consensos que vigoram no campo dos estudos de literatura. Não se trata, portanto, de condenar o texto “O direito à literatura”; ao contrário, trata-se de colocá-lo no centro de uma ampla e profícua reflexão crítica, cujo debate toca autores tão diversos como Gayatri Spivak, Homi Bhabha, Julio Cortázar e Ángel Rama.

Valendo-se dos termos de Dipesh Chakrabarty, Natali evidencia uma tensão interna à argumentação de Candido: a tensão entre dois modelos de democracia, o modelo pedagógico e o performativo. Tal tensão seria, em sua perspectiva, responsável pela desconcertante “defesa enérgica da necessidade de garantir o direito ao acesso de algo que, estranhamente, todos já teriam” (p. 26). Na versão de “Além da literatura” aqui comentada, a de 2020 (a primeira

---

<sup>8</sup> Este comentário sobre o texto “Além da literatura” retoma alguns argumentos elaborados por Anita Moraes em sua resenha de *A literatura em questão: sobre a responsabilidade da instituição literária* (2020), de Marcos Natali. A resenha foi publicada na revista *Portuguese literary & Cultural Studies* (2022/2023).

# Criação & Crítica

versão do texto é de 2006 e foi publicada na revista *Literatura e sociedade*; a versão que consideramos aqui consiste no primeiro capítulo de *A literatura em questão*, livro de 2020), Marcos Natali acrescenta que a defesa do acesso à literatura, comum a políticas culturais que se assumem como progressistas, muitas vezes se limita a considerar aquilo “que já existe”, revelando-se frequentemente incapaz de imaginar “a criação do que ainda não é” (p. 40). Aludindo a reflexões de Gayatri Spivak sobre a condição subalterna, o autor questiona o papel do intelectual em “O direito à literatura”, discernindo com agudeza a cena dramática que ali se instala. Natali aponta que o intelectual se autorrepresenta como “uma espécie de vidente”, uma personagem “heróica e plena de certezas” (p. 49), dotada da capacidade de saber qual o desejo do outro, o subalterno, e, ainda, capaz de discernir, com espantosa clarividência, entre a autêntica e a falsa apreciação da cultura erudita por parte dos letrados privilegiados.

Se a conclusão de Antonio Candido pode confortar a alguns por confirmar o poder do intelectual e o valor de um repertório cultural já estabelecido como dominante (a cultura letrada erudita de matriz europeia considerada de “nível superior”), a conclusão de Marcos Natali faz-se contundente provocação: “o que aconteceria se, em um cenário hipotético qualquer, [...] tivémos que escolher entre literatura e justiça, onde ficaria nossa fidelidade?” (p. 54). Afinal, como argumenta o autor, o louvor da difusão da literatura tende não só a carecer de imaginação como parece comprometer-se com a inferiorização de repertórios culturais diversos. Nesse sentido, vale destacar a citação feita por Natali, em nota de rodapé, de uma significativa consideração de Antonio Candido: “Cultura local no Brasil é tupi-guarani, que não é propriamente a mais brilhante do mundo, e nem vale como alternativa.” (CANDIDO, *apud* NATALI, 2020, p. 37)

A consideração de Alberto Moreiras em “O nacional-popular em Antonio Candido e Jorge Luis Borges” se dá como exploração das premissas do subalternismo no horizonte crítico-cultural latino-americano. Dois textos, “Literatura e Subdesenvolvimento”, de Antonio Candido, e “A Loteria em Babilônia”, de Jorge Luis Borges, se conjugam à sua análise pelas possibilidades diferenciais que permitem.

Com interesse em expandir as fronteiras epistemológicas e políticas do latino-americanismo, a partir de um paradigma crítico contra-hegemônico e

# Criação & Crítica

alternativo ao sistema cultural dominante, Moreiras discute o alcance limitado que as práticas críticas obtiveram em suas versões propostas de transculturação, universalismo e interdependência. Considera que “as transculturações, os universalismos e as interdependências culturais de diversos tipos são (...) cúmplices de genealogias neocoloniais, muitas vezes canalizados através de posições nacionalistas” (p. 200). O autor reivindica uma “auto-arqueologia” no âmbito dos estudos latino-americanistas, capaz de lançar luz, segundo pensa, sobre as continuidades e as descontinuidades entre os “pensadores mestres” de um passado recente e sua rearticulação no subalternismo latino-americano. A “cifra genealógica de uma história” é o que almeja, marcando tradições de pensamento e das escritas latino-americanas, cujas validades estariam justamente na distância crítica que delas tomamos.

Moreiras recupera a noção schwarziana de “reflexão” e a proposição de “reversão dialética” entre forma social e pensamento, a fim de problematizar o que considera particularmente desafiador em “As ideias fora do lugar” de Roberto Schwarz, a saber: na periferia do capitalismo, as deficiências da comunidade subalterna viram paradoxalmente – ou marxinianamente – o locus de um ganho epistemológico e, pois, de uma perspectiva crítica. Sendo assim, as contradições existentes entre uma consciência materialista e um culturalismo idealista, amplamente coligidas na análise de Schwarz sobre Machado de Assis e em “*Third World Literature in the Era of Multinational Capitalism*”, de Fredric Jameson, são concebidas, sob sua perspectiva, como “problemática constitutiva” do “subalternismo” e como o seu “paradoxo fundador” dos quais o subalternismo não se pode desvencilhar. Ele acrescenta: “a contribuição do subalternismo, tanto em sua dimensão política quanto epistemológica, depende inteiramente dessa problemática constitutiva. E é precisamente por essa razão que uma investigação crítica e uma sondagem do paradoxo são necessárias” (p. 199). A análise de Roberto Schwarz sobre como o romance machadiano formaliza esteticamente as contradições sociais ganha, portanto, na perspectiva de Moreiras estatuto de “problemática constitutiva” do subalternismo latino-americano, pelos paradoxos e deslocamentos possíveis entre capitalismo mundial e escravidão que tematiza.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> O que de certa maneira nos remete para uma tradição marxista do subalternismo, inscrito por Moreiras no horizonte do latino-americanismo, e igualmente vinculado à tradição local de interpretações do Brasil, que se configura nos estudos de *O Capital*, de Karl Marx, dentro do quadro das ciências sociais da USP, nas décadas de 50 e 60 do século XX. Como considera



# Criação & Crítica

Entende Moreiras que o “subalternista precisa afirmar (...) a singularidade cultural” como “diferença positiva diante da formação cultural dominante” e, ao mesmo tempo, “desistir da noção de singularidade cultural, através do próprio esforço de sua representação, como uma delusão ideológica”; “é uma situação complicada”, acrescenta, porém à qual não se pode escapar, pois “sem essa asserção (...) os estudos subalternos não estabelecem sua reivindicação peculiar de conhecimento materialista e permanecem suscetíveis às acusações de defender um culturalismo necessariamente idealista”.

Desenvolvendo sua análise, Moreiras aponta, portanto, para a condição geopolítica do pensamento latino-americano que dota o intelectual nacional da tarefa de interpretação e auto-interpretação de sua hora histórica. Pois, não só a subalternidade na crítica deve ser para ele a garantia de uma “relação diferencial com o sujeito dominante” como deve passar antes de tudo por uma ancoragem de natureza histórica, e não justamente teórica, uma vez que o fluxo da história é o que torna determinado paradigma de interpretação cultural obsoleto ou superado. Com essa linha de pensamento, Moreiras se aproxima de um Candido crítico-histórico, alguém que irá formular a hipótese da “consciência do subdesenvolvimento” em consonância com o que chamou de “fase atual” da “experiência cultural na América Latina”, configurada naquele ano de 1970.

O ponto em Candido criticado por Moreiras é não só a naturalização da dependência cultural do colonizado, mas a promessa compensatória que ela ainda traz. Diz Candido que a dependência cultural “não é mais dependência, mas sim uma forma de participação e contribuição a um universo cultural a que pertencemos”. Essa “forma de participação e contribuição” não passa de uma “transfiguração da política colonialista e hegemônica”, pois, segundo Moreiras, inclui o dependente no sistema simbólico global para que sua exclusão

---

Bernardo Ricupero, em “O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos” a tradição paulista de interpretação sociológica do Brasil enfatiza as contradições em sua proposta dialética. O caso constitutivo e fundamental de Schwarz na crítica cultural brasileira e, agora na subalternidade latino-americana, vem de um solo de fundamentalidade ligado à afirmação schwarziana do Brasil como o lugar privilegiado para refletir as contradições do capitalismo mundial. A observação de Bernardo Ricupero é reveladora nesse sentido: “Schwarz retoma as sugestões de O capital no capítulo sobre ‘A teoria moderna da colonização’, em que Marx nota que o grande mérito de E. G. Wakefield não teria sido ‘ter descoberto algo novo sobre as colônias, mas ter descoberto nas colônias a verdade sobre as condições capitalistas da metrópole’: a escravidão do Novo Mundo revelando o que seria realmente o trabalho livre, forma de escravidão disfarçada que prevalecia na metrópole’.” (RICUPERO, B. 2013, p. 529)

# Criação & Crítica

paradoxalmente se efetue. Formula assim a problematidade: “Com o super-regionalismo, apenas o segmento super-regionalista da cultura latino-americana logra a interdependência”, pois o “sucesso super-regionalista simultaneamente revela (...) seu fracasso mais profundo ou sua incapacidade de operar a redenção cultural daqueles vastos segmentos da população latino-americana para a qual a interdependência se torna uma forma mais extrema de dependência histórica”.

Moreiras encontra uma “modalidade borgiana de crítica histórica” no conto de Borges, “A loteria na Babilônia”, na verdade, um “relato antecipado do Império”, da passagem do estado intervencionista nacional-popular para o estado de controle transnacional. A compreensão de que o estado de controle tenha se constituído na empresa gerenciadora da loteria, cujo mecanismo último é o mercado e suas movimentações internacionalmente dispersas, revela como Moreiras se baseou no *Post-Scriptum sobre as sociedades de controle*, de Gilles Deleuze. O que há de consciência histórico-crítica no conto borgiano vem do tensionamento entre um lugar dentro e um lugar fora da “apoteose ideológica da loteria global” (p. 218).

Se o relato presente no conto aproxima a história (escrita da história) e a vida “do infinito jogo de azar da loteria”, isso significa, segundo Moreiras, que a loterização absoluta e controlada da existência pelo que o narrador denomina de “Companhia” é a alegorização de uma “metástase social perpétua” em que o Estado, transformado na empresa gerenciadora da loteria, subsume toda ação e desejo do humano a um regime totalizante de controle social. Moreiras afirma: a “loteria total é também uma passagem à dominação total do elemento humano, é, epistemologicamente, uma passagem da história à sua reificação enquanto ontologia” e que, portanto, o texto de Borges constitui uma antecipação proléptica da sociedade de controle, do “nosso presente” como “consequência teleológica do desenvolvimento do aparato estatal em sua configuração nacional-popular” (p. 215).

Para Moreiras, a melhor realização do texto borgiano está no fato de que ele configura a fonte teórica da noção althusseriana de ideologia. É Althusser que formula um discurso sobre a ideologia que nega substancialmente os caminhos da universalidade ideológica, sugerindo um meio de escape da ideologia em que se possa ao mesmo tempo persistir dentro dela. Moreiras afirma: “[e]stranhamente, o texto de Borges inclui uma referência a Althusser que o próprio Borges desconhecia” (p. 216). E “A Loteria em Babilônia” termina

# Criação & Crítica

mencionando um sonhador que súbito acorda para estrangular a esposa ao seu lado, como se Althusser estivesse consumando (retrospectivamente) a figura do texto de Borges. Isso leva Moreiras a reconhecer que na alegorização da loteria total da vida e na “desnarrativização completa da vida como apoteose ideológica da loteria global” (p. 218), há uma perspectiva alternativa. Esta perspectiva origina, segundo Moreiras, um redirecionamento para a própria história do subalterno, sua vida como outra organização da vida ou o subalternismo como “uma perspectiva”. O que leva Moreiras a sugerir, junto à sugestão de Veena Das, que a perspectiva subalterna implica, ao fim e ao cabo, “uma nova relação com os cronistas das culturas em estudo” (p. 220). Embora para Moreiras, Candido e Borges não possam ser considerados precursores do subalternismo, contribuem, no entanto, no limite de seus pensamentos, para a possibilidade de uma genealogia latino-americana e de uma nova relação do subalternismo com o seu passado.

Por fim, resta dizer que Moreiras aponta “certo paradoxo inquietador” em “Literatura e subdesenvolvimento” (1970), de Antonio Candido: “o imperialismo de ordem política e econômica deve ser rejeitado, enquanto o imperialismo de ordem cultural deve ser, ao contrário, completamente aceito, para que, através de uma total apropriação de formas culturais eurocêntricas, a dependência possa evoluir para algo diferente de si.” (p. 203).

Luís Augusto Fischer também destaca a defesa candidiana da integração do Brasil à civilização ocidental (grande feito promovido por “nossas” letras).<sup>10</sup> Em “A *Formação* vista desde o sertão” (2011), Fischer argumenta que o pensamento formativo “interpreta o passado porque quer intervir no presente com vistas ao futuro” (p. 47). No caso de Antonio Candido, tal atitude empenhada se vincula ao programa do modernismo paulista, especialmente aquele formulado por Mário de Andrade, ligação que “provoca e condiciona” alguns “pontos cegos”, já que em “atitudes de vanguarda, há pouco espaço para

---

<sup>10</sup> Os comentários feitos aqui sobre os artigos “A *Formação* vista desde o sertão”, de Luís Augusto Fischer e “Anatomia da formação”, de Silvano Santiago, recuperam argumentos desenvolvidos por Anita Moraes para o verbete “Sistema literário”, que integra o livro (*Novas Palavras da Crítica* (2023), organizado por José Luís Jobim, Nabil Araújo e Pedro Puro Sasse. O verbete também aborda, entre outros, o texto “A concepção de história literária na *Formação*”, de Luiz Costa Lima, e “Lugar do cânone e da crítica nos estudos literários da universidade hoje”, de João Adolfo Hansen.

# Criação & Crítica

sutilezas, porque a ação é mais urgente do que a reflexão, os detalhes, as delicadezas” (p. 56). O autor se dedica, então, a tornar visível o que o modelo candidiano obscurece: 1) seu “ângulo modernista de leitura do mundo” (p. 55); 2) o ponto cego “Machado de Assis”, que funciona como “ponto de fuga da armação conceitual” da *Formação da literatura brasileira* (p. 55); 3) e as totalidades “Brasil” – visto a partir do Sudeste – e “Europa” – reduzida à França (p. 55-6).

Fischer avalia “o preço pago por Candido, na armação de sua perspectiva formativa, em função de sua militância modernista”: “(...) Candido, operou com uma noção de Brasil que necessariamente reduzia a quase nada a complexidade das discrepâncias regionais, uma vez naturalizada a visão do país todo ao seu centro.” (p. 57-58) Tal imagem do país negligencia “as variadas formações infranacionais no Brasil, aquilo que a pressa classificatória e a ideologia centralista chamam de ‘regionais’” (p. 56). Trata-se, para o autor, de uma compreensão da história do país que descuida do sertão, de nosso *hinterland*, priorizando a vida urbana do litoral, o regime das *plantations* e a integração ao “sistema geral do Ocidente”. Fischer aponta, então, que o modelo da *Formação*, focado em Minas Gerais (Arcadismo), Rio de Janeiro (Romantismo) e orientado para o Modernismo de São Paulo, funda-se em certa compreensão da formação do país, aquela que se depreende do trabalho de outro grande pensador formativo, Caio Prado Jr..

Recorrendo aos trabalhos de Jorge Caldeira, Fischer não só questiona a interpretação caiopradiana da formação econômico-social brasileira como demanda uma visada crítica à historiografia literária que nela se funda. Trata-se, assim, de defender a autorreflexividade nos estudos de historiografia literária, ou seja, a disposição à investigação e reflexão distanciada sobre os pressupostos de partida. Tal atitude crítica propicia a formulação de novas perguntas, como, entre outras, as seguintes:

Qual o tamanho dos sistemas não-hegemônicos, que na pressa modernista ficaram reduzidos ao rótulo de ‘regionais’, rótulo que de saída rebaixa o objeto a que se refere? Qual sua função? Qual sua capacidade de gerar leitores? Qual sua possibilidade de produzir obras de alto valor literário? Como funcionam os casos de formações não-hegemônicas que compartilham

# Criação & Crítica

materialidade histórica e formas culturais com outras línguas e culturas (pensemos no caso do sul, com tanta identificação social e estética com os países do Cone Sul, ou na grande comarca da Amazônia)? (p. 68)

A estimulante possibilidade de “descrições novas” encontra, todavia, o obstáculo do poder, isto é, de uma “vanguarda que chegou ao poder” (p. 70) e promoveu a hegemonia (ainda que dissimulada) da visão modernista: institucionalizada e naturalizada, a “historiografia modernistocêntrica” (p. 69) se faz lamentavelmente incorporada ao “repertório das facilidades acadêmicas, no campo das Letras” (p. 43), isto é, vê-se raramente discutida.

Em “Anatomia da formação: a literatura brasileira à luz do pós-colonialismo”, artigo publicado em 2014 no jornal Folha de São Paulo, Silvano Santiago sugere que, durante décadas, a *Formação da literatura brasileira* (1959), de Antonio Candido, irmanou (em união carregada de afetos) o estudante de Letras (leitor privilegiado do livro), o autor (admirado professor universitário) e a própria literatura em “formação”. Alcançar a maioria tornava-se a meta tanto do estudante que ingressa na universidade, como (ao menos assim se supôs) da própria literatura brasileira: “Tanto as figuras humanas quanto as letras envolvidas por eles ainda eram verdes, por isso trabalhavam em unísono a favor das respectivas formações”. O amadurecimento almejado era entendido, nos dois casos, como resultado da interiorização, sofrida e lenta, de um saber “estranho” – nos termos de Antonio Candido, tratava-se de “afinamento pessoal”, por um lado, e, por outro, da “aclimação penosa” da cultura europeia numa “terra inculta”. O ponto de chegada, para o qual convergem esforços partilhados, era a participação do Brasil (e dos brasileiros bem formados) no concerto das nações modernas do Ocidente.

Após delinear um “paradigma da formação” e sugerir sua onipresença no pensamento brasileiro (de Joaquim Nabuco a Caio Prado Jr. e Celso Furtado), Silvano Santiago dá testemunho de seu “descarrilamento” por causa “tão imprevista quanto uma tempestade”. Valendo-se de um depoimento pessoal, ou seja, recorrendo a momentos de sua própria “formação” (aludindo à sua temporada na França, por exemplo), o autor destaca o impacto (e consequente

# Criação & Crítica

crise) advindo do contato com a antropologia de Lévi-Strauss e com a produção de poetas, escritores e pensadores africanos e da diáspora africana. Sua trajetória investigativa e crítica é, então, revisitada e avaliada como uma possível resposta criativa à “saída dos trilhos” do “paradigma da formação”.

Vale destacar, ainda, a instigante sugestão de que a teoria candidiana da formação da literatura brasileira contenha uma espécie de vacina contra o “vírus colonial lusitano”: a noção de “manifestações literárias” tem, para Silviano, a função estratégica de desligar o “sistema literário nacional” do colonialismo português (considerado passado distante e superado pelo próprio processo formativo do Brasil e de sua literatura). Todavia, a tal vacina não parece ter sido capaz de imunizar a todos, já que o autor dá testemunho de sua inoculação irremediável pelo dito “vírus”, ou seja, de seu interesse permanente pelas relações coloniais que marcaram a literatura e a cultura brasileiras. Sua trajetória intelectual se entrelaça, assim, a um programa de estudos cuja visada cultural e desconstrucionista insere o literário num feixe discursivo diversificado e multilinear. Contra o tempo progressivo do paradigma formativo, cujo *télos* é a autonomização do literário e da literatura brasileira, o autor defende o paradigma da *inserção*, propício à chamada “revisão pós-colonialista”, ou seja, ao estudo de trânsitos discursivos, trocas interculturais e às experiências partilhadas dos colonialismos.

Em “Pressupostos, salvo engano, de uma divergência silenciosa: Antonio Candido, Roberto Schwarz e a modernidade brasileira” (2014), Alfredo Cesar Melo argumenta que, apesar das conhecidas afinidades de método – “apreender as intrincadas relações entre forma literária e processo social” (p. 404) –, mestre e discípulo divergem em suas interpretações acerca da “dinâmica da vida social brasileira” (p. 414). Para dar a conhecer tal divergência, o autor segue instigante e produtivo roteiro: 1) coteja as análises que Antonio Candido e Roberto Schwarz elaboraram da obra de Machado de Assis, explicitando que suas leituras divergem substancialmente; 2) analisa minuciosamente os argumentos de Schwarz em “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’” (1989), dando destaque para um reparo, tão “discreto” e “tímido” quanto crucial: a crítica de Schwarz à tônica culturalista da interpretação de Candido (aliás, bastante afinada com Gilberto Freyre, como nota o autor); 3) e, finalmente, considera o marcante contraste entre o otimismo de Candido quanto aos

# Criação & Crítica

destinos da sociedade brasileira (verificável inclusive em seu ensaio “Dialética da malandragem”), e o pessimismo do “prognóstico sombrio” de Schwarz (Melo destaca momento de *Sequências brasileiras*). Se Candido adere a um “tradicional esquema analítico da esquerda” (p. 418), convergente com sua persistente “fé na capacidade reformadora do povo brasileiro” (p. 419); Schwarz partilha do “pessimismo frankfurtiano, isto é, um socialismo já sem redenção e a certeza que o Brasil só integra a modernidade pelas portas do fundo.” (p. 413) Aliás, a própria escolha de *Memórias de um Sargento de Milícias*, por parte de Candido, e da obra machadiana, por parte de Schwarz, como obras reveladoras da dinâmica social brasileira, delataria essa divergência fundamental (a candidiana dialética da malandragem *versus* a schwarziana dialética da volubilidade).

Para Melo, “as conclusões tão díspares acerca da sociedade brasileira” (p. 419) apontam para uma fragilidade do próprio método partilhado por Candido e Schwarz. Afinal, colocam em evidência a problemática “crença na objetividade” (p. 419) que o fundamenta. Na perspectiva do autor (aliás, amparada na crítica de Luiz Costa Lima à *Formação da literatura brasileira*), faz-se preciso considerar a “subjetividade da crítica”, isto é, avaliar como as “visões” dos intérpretes enformam o próprio objeto (a tal “realidade”) que estudam (p. 419).

Além de explicitar divergências entre os dois pensadores e de refletir sobre suas consequências teórico-metodológicas, Melo expõe um grave problema: a ausência de debate efetivo na academia brasileira. Como o título de seu trabalho anuncia, trata-se de atentar para o silenciamento das discordâncias, de maneira que relações intelectuais, profissionais e afetivas tornem-se também objeto de sua análise. Afinal, importa entender por que Schwarz escolhe criticar Michael Wood e se calar diante da leitura de viés universalista que Antonio Candido fez de Machado. Ou ainda: se Candido, em *O método crítico de Silvio Romero*, analisou criticamente a obra romeriana, Schwarz preferiu evitar o embate de ideias com o mestre. Para Melo, tal discrepância de atitudes deve-se ao fato de que as relações entre mestre e discípulo são bastante concretas, não se dando apenas no âmbito das ideias, como no caso de Antonio Candido e seu precursor. Nesse sentido, pontua Melo (em significativa nota de rodapé): “Sobre a figura de poder de Candido (poder entendido não no seu sentido trivial de coerção ou repressão, mas na sua acepção positiva e produtiva), não existe melhor evidência que o prefácio de Walnice Nogueira Galvão à publicação em livro de sua tese de doutoramento: ‘Agradecimento especial devo a Antonio

# Criação & Crítica

Candido, de quem fui aluna e depois assistente, e que é, para mim, para sempre, mestre e chefe.” (p. 408) Afinal, o poder se exerce também naquilo que possibilita.

Leda Tenório da Mota, em “*Clima e Noigandres: a crítica literária brasileira entre dois fogos*”, aborda uma polarização que foi importante no campo da teoria e da crítica literárias brasileiras (e sobretudo paulistas) nas três ou quatro últimas décadas do século passado, uma polarização entre tendências, dizia-se então, “sociológicas” (isto é, Candido, Schwarz e o pensamento uspiano em geral) e “formalistas” (concretos e atividade teórico-crítica a partir deles e de sua poética sincrônica). Ao longo do ensaio, Mota escreve, em paralelo e alternadamente, as biografias intelectuais das duas vertentes, tendo como ponto de partida o estudo de suas revistas fundadoras: *Clima* e *Noigandres*. Levantando as constelações de referências e traçando a genealogia intelectual dos autores mais importantes das duas vertentes, a autora explora também as diferenças de concepções teóricas, críticas e historiográficas das duas escolas: de um lado, o “chão social”, a “teoria do transplante” e da “dependência cultural”, a “formação”, as “ideias fora do lugar”, o “nome do pai”, a atividade crítica (e não a invenção), a atenção dada à prosa (mais do que à poesia), a historiografia linear e evolutiva, a exclusão do barroco; de outro lado, a “autonomia da forma”, o “início pronto”, o “grande poema universal” sendo escrito, a tradução e a invenção, o “pai devorável”, a “transformação” (do passado a partir do presente da invenção), a “congenialidade barroca”. O interesse do ensaio reside assim na apresentação contrastiva da escola do pensamento candidiano *vis-à-vis* a atividade concretista. Mas é interessante notar que o contraste acaba também por revelar pontos de contato por vezes pouco notados. O último ano da redação da *Formação*, por exemplo, coincide com o ano da Exposição Nacional de Arte Concreta. Eclodindo simultaneamente, seriam ambas as tendências afinal respostas a uma mesma euforia nacional-desenvolvimentista?

Ao longo do ensaio, Mota trata também das polêmicas entre as duas escolas, nomeadamente a polêmica, de 1985, entre Roberto Schwarz e Augusto de Campos, em torno do poema “Pós-tudo” e aquela em torno da leitura, por Haroldo de Campos, da teoria da *Formação*, em *O sequestro do barroco na Formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos sequestro do barroco*, de 1989. Bastante destaque é dado para essa última polêmica porque



# Criação & Crítica

ela, segundo a autora, ressaltaria a diferença entre as escolas e permitiria entender estratégias distintas para lidar com o fato de que “nada no Brasil, em esfera culta, seria verdadeiramente próprio”. De fato, ainda que a questão do barroco posta em termos de invenção vanguardista de sentido nacional pareça hoje excessivamente datada (a esse respeito, v. o texto de Hansen já comentado), é importante assinalar o pioneirismo da crítica realizada por Haroldo de Campos da metafísica da presença no pensamento candidiano, bem como de seus critérios (expressivos-representativos) de avaliação de qualidade e de relevância literária.

“Horizontes formativos, lugares de fala: a pedagogia do poema em Antonio Candido”, de Ítalo Moriconi, também trata de contrastar os paradigmas uspiano e concretista, mas complexificando a divisão do campo proposta por Leda Tenório da Mota ao dar atenção a outros agentes, dados contextuais e desenvolvimentos posteriores. Em vez da biografia das duas escolas, Moriconi procura estudar as “pedagogias do poema” (isto é, “sistematizações de um repertório pertinente válidas como estímulo à criação significativa”, p. 48) que elas subsidiam e engendram, rastreando sua circulação e sua ressonância nas vidas literária e universitária dos anos 1960, 70, 80 e 90 (a primeira versão do texto é de 2001), o que faz o ensaísta tratar também de seu próprio percurso formativo. As pedagogias em contraposição se diferem quanto aos âmbitos nos quais circulavam (a universidade, no caso candidiano; a vida literária e artística, no caso concretista), quanto ao “valor concedido à modernidade poética” (a pedagogia candidiana desconsidera a crise do verso na poesia moderna, e a concretista a abraça), quanto à “disputa do espólio do modernismo paulista” (ao alçarem, respectivamente e com consequências diversas, Mário ou Oswald como modelo) e finalmente quanto ao “conceito geral de poético”.

É justamente quando trata desse último critério de diferenciação que o ensaio de Moriconi esboça um segundo movimento, de grande interesse aqui, que tenta dar conta da própria concepção de poesia, de literatura e de valor literário que animaria a crítica e a historiografia candidianas. Ao fazê-lo, acaba por estabelecer um diálogo com o ensaio de Abel Barros Baptista de que já tratamos antes, uma vez que igualmente identifica em Candido o moderno academicizado como critério judicativo último. Como prefere Moriconi, trata-se de uma espécie de concepção “neoclássica”, no sentido lato, de literatura,

# Criação & Crítica

segundo a qual a inovação e a novidade devem ser sempre harmonizadas com a tradição, como condição para a atribuição de valor literário e de legibilidade histórica. Em Candido, segundo o ensaísta, “o moderno é o desfogo que precisa ser domesticado pela tradição” (p. 59).

Para chegar a essa concepção candidiana, Moriconi compara o *Estudo analítico do poema* com *La révolution du langage poétique*, de Kristeva, ressaltando a insistência candidiana – significativa, por sinal – no estudo do ritmo e da metrificação (ainda que de forma relativamente inovadora, segundo o ensaísta, pois baseado na noção de unidade rítmica) ao invés da atenção a questões de subjetivação na cultura da modernidade. O núcleo da pedagogia candidiana do poema poderia ser encontrado, no entanto, nas leituras feitas por Candido da obra de Cláudio Manuel da Costa e de Gonçalves Dias, e sobretudo na leitura de “Louvação da tarde”, de Mário de Andrade. Em todas elas, é valorizado “o movimento de busca de integração e equilíbrio com o passado por parte de toda e qualquer modernidade disponível”. O resultado seria uma “estetização absoluta” na qual “a reconciliação com a forma [tradicional]” recolhe e organiza “os resíduos de um vivido que, sem esse resgate, se perderia como mera emoção circunstancial inaproveitada pela história, pela sociedade, pela escola” (p. 60).

Os estudos aqui justapostos e comentados perfazem um percurso pela obra candidiana que problematiza, estranha e intervém em seus postulados, tentando abrir debates e promover discussões ao largo da instituída hegemonia consolidada na área de Letras/Teoria Literária no Brasil. Discutindo essa série de abordagens e suas perspectivas heterogêneas, nosso objetivo é propor uma constelação de estudos que tocam no nervo de questões por demais cristalizadas e consideradas “comuns” e consensuais no discurso da teoria e da crítica literárias. Também buscamos observar a emergência de autorias críticas que se desdobram em torno ou contra essa hegemonia.

Dentre outras questões, os estudos críticos apresentados aqui tratam da força institucionalizante da obra candidiana, refletindo sobre como as formulações, na própria letra e mesmo antes de sua recepção prestigiosa, preveem uma resolução performativo-institucional que, somada à cordialidade (e patriarcalismo) de pressupostos e à paroquialidade de seus usos, têm como

# Criação & Crítica

efeito a rejeição de divergências e a naturalização de suas operações e de seus operadores teóricos e analíticos.

Premissas antropológicas, sociológicas e historiográficas são problematizadas pelos textos. Assim, esta apresentação de uma constelação de estudos críticos demonstra como se delineia de maneira muitas vezes normativa uma imagem teleológica, ocidentalizante e universalizante de Brasil e, com efeito, da própria América Latina. E demonstra igualmente como o discurso teórico candidiano e suas derivações produzem uma concepção muito particular do que ontologicamente “é” o real e do seja o estatuto ontológico da “realidade brasileira”.

As abordagens críticas à obra candidiana ficaram dispersas, muitas vezes, por estranharem essa imagem. Elas historicizam as formulações de Antonio Candido, situando-as ideológica e institucionalmente, e, ao assim procederem, articulam indagações sobre suas condicionantes históricas e, em particular, sobre seu comprometimento com a expansão do Espírito do Ocidente, a partir de São Paulo.

Evidencia-se, por fim e ao cabo do percurso, um lugar de autoridade no âmbito da teoria que é e deve ser desafiado, sobretudo porque revela ditames de uma subjetivação normativa do/a letrado/a no Brasil.

## Referências

BAPTISTA, Abel Barros. O cânone como formação. *Livro agreste: ensaio de curso de literatura brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

CAMPOS, Haroldo. *O sequestro do Barroco na Formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos* (v. I). São Paulo: Itatiaia, 1993.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos* (v. II). São Paulo: Itatiaia, 1993.

# Criação & Crítica

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: *Revista Remate de Males*, Número Especial *Antonio Candido*. Campinas: IEL-Unicamp, 1999<sup>a</sup>, p. 81-90.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *O direito à literatura e outros ensaios*. Organização e prefácio de Abel Barros Baptista. Coimbra: Angelus Novus, 2004.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004b.

CANDIDO, Antonio. Literatura de dois gumes. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006a.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006b.

CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006d.

CANDIDO, Antonio. *Na sala de aula: caderno de análise literária*. São Paulo: Ática, 1995.

CANDIDO, Antonio. *O estudo analítico do poema*. São Paulo: Humanitas, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007

COSTA LIMA, Luiz. A concepção da história literária na *Formação*. In: *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

# Criação & Crítica

FISCHER, Luís Augusto. *A Formação vista desde o sertão*. In *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 18, 2011, pp. 41-72.

HANSEN, João Adolfo. Lugar do Cânone e da Crítica nos Estudos Literários da Universidade hoje. In LOPES, D. M. et al. (Org.) *VI Seminário dos alunos da Pós-Graduação em Letras da UERJ*. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2016. p. 7-38

MELO, Alfredo Cesar. Pressupostos, salvo engano, de uma divergência silenciosa: Antonio Candido, Roberto Schwarz e a modernidade brasileira. In *Alea: estudos neolatinos (UFRJ)*. 2014, vol.16, n. 2, pp.403-420.

MORAES, Anita Martins Rodrigues de. Resenha de *Antonio Candido 100 anos*. In *Criação e Crítica (USP)*, n. 26, 2020, pp. 182-189.

MORAES, Anita Martins Rodrigues de. Sistema literário (Verbete). In: *(Novas) Palavras da Crítica II*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2023, p. 253-276.

MORAES, Anita Martins Rodrigues de. Recensão de *A literatura em questão: sobre a responsabilidade da instituição literária*, de Marcos Natali. In *Portuguese literary & Cultural Studies (University of Massachusetts Dartmouth)*, n. 38/39, Outono 2022/Primavera 2023, pp. 285-287.

MOREIRAS, Alberto. *A Exaustão da Diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos*. Trad. Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MORICONI, Ítalo. Horizontes formativos, lugares de fala: Antonio Candido e a pedagogia do poema. In *Gragoatá (UFF)*, Niterói, n. 12, pp. 47-62, 2002.

MOTA, Leda Tenório da. *Clima e Noigandres: a crítica literária brasileira entre dois fogos*. In *Revista USP*, (39), pp. 120-129, 1998.

NATALI, Marcos. Além da literatura. *Literatura e Sociedade (USP)*, v. 9, pp. 30-43, 2006.

# Criação & Crítica

NATALI, Marcos. Além da literatura. In: *A literatura em questão: sobre a responsabilidade da instituição literária*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

PENNA, João Camillo. O método crítico de Antonio Candido. In *Criação e Crítica* (USP), n. 26, pp. 149-181, 2020. Trad. de Lúcia Ricotta Vilela Pinto.

RICUPERO, Bernardo, O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. In: *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v.03.06: pp. 525–556, 2013.

SANTIAGO, Silviano. Anatomia da formação: a literatura brasileira à luz do pós-colonialismo. In *Folha de São Paulo*, 7 de setembro de 2014.

SISCAR, Marcos. O discurso da história na teoria literária brasileira. In *Poesia e crise*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

Recebido em: 19/09/2023

Aceito em: 22/10/2023